

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 3.560, DE 2025

Altera a Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre o comércio de antibióticos de uso veterinário.

Autor: Deputado PEDRO WESTPHALEN

Relator: Deputado JOSÉ MEDEIROS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.560, de 2025, de autoria do Deputado Pedro Westphalen, tem como objetivo estabelecer regras mais rígidas para a comercialização de antibióticos de uso veterinário, com o intuito de conter o uso indiscriminado de antimicrobianos na medicina veterinária, em especial no setor agropecuário.

A proposição altera duas normas legais vigentes: a Lei nº 5.517/1968 – que rege o exercício da Medicina Veterinária no Brasil – para tornar obrigatória a prescrição por médico-veterinário habilitado para a venda de antimicrobianos em estabelecimentos como casas agropecuárias, clínicas veterinárias, pet shops, entre outros; e a Lei nº 11.903/2009 – que trata do rastreamento de medicamentos – para determinar que os antibióticos de uso veterinário estejam sujeitos à prescrição e retenção de receita, conforme regulamento específico.

O autor justifica a medida como um passo essencial para enfrentar a resistência antimicrobiana, fenômeno de crescente preocupação internacional, reconhecido como uma ameaça à saúde global pela Organização Mundial da Saúde (OMS).



Sem apensos, o projeto foi distribuído às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Saúde; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD).

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD. Não foram apresentadas emendas nesta comissão.

É o relatório.

2025-15771

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.560, de 2025, de autoria do Deputado Pedro Westphalen, tem como objetivo estabelecer regras mais rígidas para a comercialização de antibióticos de uso veterinário, com o intuito de conter o uso indiscriminado de antimicrobianos na pecuária.

O presente projeto trata de uma questão estratégica para a saúde animal e para a saúde pública. A crescente resistência aos antimicrobianos, inclusive na produção animal, compromete não apenas o tratamento de doenças infecciosas, mas também impacta negativamente a eficiência produtiva e o comércio internacional de produtos agropecuários.

O uso não supervisionado ou preventivo de antibióticos favorece o desenvolvimento de bactérias multirresistentes, as quais podem ser transmitidas aos humanos por meio do contato direto com animais ou pelo consumo de alimentos de origem animal.

Ao condicionar a venda de antibióticos de uso veterinário à prescrição por profissional habilitado e à retenção da receita, promove-se maior controle do uso desses medicamentos, sem inviabilizar seu acesso quando realmente necessário.

A proposição contribui diretamente para a valorização do papel técnico e ético do médico-veterinário, o fortalecimento da rastreabilidade no



uso de medicamentos veterinários, o alinhamento do Brasil às recomendações internacionais no combate à resistência antimicrobiana e a proteção da imagem da agropecuária nacional no mercado global.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.560, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado JOSÉ MEDEIROS
Relator

2025-15771

